

RELATÓRIO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº 51402.026842/2012-41

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2014

PROPOSTA ANALISADA: RCS TECNOLOGIA LTDA.

CNPJ: 08.220.952/0001-22

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO: 3ª Colocada.

VALOR DO ÚLTIMO LANCE OFERTADO: R\$ 2.800.000,00

Trata o presente de Relatório de Julgamento relativo à licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, Tipo Menor Preço para a “*Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para prestação de serviços contínuos de **manutenção predial**, inserta a manutenção preventiva, corretiva e preditiva, bem como serviços eventuais, e caso haja necessidade, nos equipamentos e sistemas instalados no edifício CNC Trade, sede da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., com fornecimento de todos os materiais/equipamentos necessários e mão de obra*”.

A licitante, quando convocada pela Pregoeira, apresentou tempestivamente os documentos que compõe a Planilha de preços, conforme item 9.3.3 do Edital, indicando o valor global do objeto licitado, bem como as planilhas de custos, conforme modelos constantes dos Anexos II ao VII deste Edital, nos moldes da IN nº 002/2008, especificamente: Anexo II - Planilha de Custos e Formação de Preços; Anexo III – Planilha de Remuneração de Mão de Obra Eventual; Anexo IV – Planilha de Materiais Eventuais; Anexo V – Planilha de composição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas; Anexo VI – Custos de Mão de Obra; Anexo VII - Serviços Prestados (Plano de Manutenção Preventiva) e Anexo VIII – Declaração de Vistoria.

A análise a seguir foi efetuada de acordo com os termos estipulados no Edital e seu Termo de Referência, Instruções Normativas, Convenções Coletivas, Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, Acórdãos do Tribunal de Contas da União, visando uma melhor contratação pela administração pública, observando-se os critérios mínimos necessários para a execução contratual.

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS RELATIVAS ÀS PLANILHAS DE MÃO-DE-OBRA:

1. A licitante cotou o valor de R\$ 20,00/dia perfazendo o valor de R\$ 10,00 a unidade, referente ao **vale transporte**. Sabe-se que a maior tarifa praticada no transporte público do Distrito Federal é de R\$ 3,00, conforme Decreto Distrital nº 26.501/2005. Assim, o total praticado por dia é de R\$ 6,00 x 22 dias úteis, totalizando R\$ 132,00. O valor excessivo e injustificado de vale transporte, pode vir a onerar o contrato.

2. Para o cargo de “**Encarregado Geral**”, a licitante cotou o adicional de periculosidade no valor de R\$ 594,00, o que não condiz com a função. Sabe-se que para fazer jus à percepção dos adicionais de periculosidade ou insalubridade, a função exercida deve estar normatizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. O caso em concreto não possui normatização para o exercício de suas funções como perigosa. Trata-se de função meramente administrativa que organiza e orienta os demais cargos. Dessa forma, o valor cotado injustificadamente pode vir a onerar o contrato.

3. No Módulo 3 – Insumos Diversos, a licitante incluiu equivocadamente a “alínea F – Treinamento (NR-10, NR-35, ASO, CIPA, etc.) ” no valor de R\$ 45,00 mensais por cargo. Todavia, o entendimento do Tribunal de Contas da União é no sentido de que:

Abstenha-se de incluir em suas planilhas de formação de preços rubrica para retribuir ações relativas a treinamento e reciclagem dos empregados da contratada alocados nos postos de trabalho, visto que é obrigação desta fornecer a mão-de-obra qualificada para a execução dos serviços, em conformidade com as especificações do objeto da licitação. **Acórdão 1237/2007 Primeira Câmara**

EMENTA: Planilha de custos e formação de preços: 4 - Inclusão de percentual destinado a despesas com seleção e treinamento

Outra possível irregularidade apontada no âmbito do Pregão Eletrônico n.º 076/2006, promovido pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro - NERJ/MS, tendo por objeto a contratação de empresa prestadora de serviços de tratamento de acervos arquivísticos, microfilmagem, acondicionamento e arquivamento no Centro de Microfilmagem e Digitalização - CMD/RJ, foi a **previsão de percentual destinado a despesas com seleção e treinamento dos empregados da contratada**. A unidade técnica destacou que o Tribunal, por meio do **Acórdão n.º 325/2007-Plenário, firmou entendimento no sentido de que tais custos estão englobados no conceito de lucro**, porquanto seria obrigação da empresa "fornecer empregados devidamente treinados e aptos para execução dos serviços contratados". Ponderou, no entanto, que, no caso concreto, a contratada efetuara despesas específicas com treinamentos solicitados pelo próprio NERJ/MS. Assim sendo, formulou proposta no sentido de ser tão somente expedido alerta ao

órgão para observar, nas próximas contratações de serviços executados de forma indireta e contínua, o teor do Acórdão n.º 325/2007-Plenário, no sentido de não incluir, nas planilhas orçamentárias, percentuais de seleção e treinamento. O relator considerou adequado o encaminhamento proposto, no que foi acompanhado pelos demais ministros. **Acórdão n.º 3006/2010-Plenário**, TC-001.225/2008-0, rel. Min. Valmir Campelo, 10.11.2010.

4. Cotou ainda a rubrica: “I - SECONCI (CCT – SIDUSCON – DF)” no Submódulo 4.1: Encargos Previdenciários e Sociais, sem fazer qualquer menção a qual cláusula da Convenção Coletiva de Trabalho está a obrigatoriedade de tal contribuição. Esclarece-se que tal ônus, incluído no Submódulo 4.1 onera toda a planilha nas incidências necessárias, em mais 1%. Lembrando que a planilha de custos é mensal, ou seja, tal ônus se repercutirá em 1% mensalmente em todos os custos que detém as incidências.

5. No Custo de Reposição do Profissional Ausente, a licitante, apresentou percentuais bem acima do disponibilizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão¹, bem como do revelado na pesquisa de mercado:

ITEM	COTAÇÃO DA LICITANTE	MÉDIA DA PESQUISA DE MERCADO	MPOG
Férias	8,93%	8,33%	8,33%
Ausência por Doença	3,00%	1,25%	1,66%
Licença Paternidade	2,00%	0,15%	0,02%
Ausências Legais	2,00%	0,92%	0,73%
Ausência por Acidente de Trabalho	1,00%	0,21%	0,03%

6. Assim, os percentuais apresentados são demasiadamente onerosos para a Administração.

7. Com relação ao percentual de férias, deve ser no patamar de 8,33%, conforme pronunciou o Tribunal de Contas da União:

Quanto às planilhas de formação de preços (DFP) da contratada o contrato é o de n.º 11/2007, firmado no âmbito do Ministério do Esporte, a inspeção da unidade técnica revelou indícios de irregularidades pela cobrança indevida de percentuais ou valores referentes aos seguintes itens: CPMF, reserva técnica, férias, FGTS, Duplicidade de FGTS, despesas administrativas/operacionais e previsão de lucro, CSLL e IRPJ. Acolhendo as considerações da unidade técnica, o relator propôs e o Plenário decidiu determinar ao Ministério do Esporte que, nas futuras contratações de serviços de tecnologia da informação, abstenha-se de aceitar das licitantes propostas de preços que contenham: I) "percentual referente a reserva técnica como item específico das planilhas de custo e formação de preços, sem apresentar estudo específico e descrição dos eventos que motivariam a aceitação desse item"; II) "incidência de encargos de CSLL, IRPJ ou IRRF, por se constituírem em tributos de

¹ http://www.comprasgovernamentais.gov.br/arquivos/manuais/manual_preenchimento_planilha_de_custo_-_18-06-2011.pdf/view, páginas 26 a 29.

natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassados ao preço do contrato, observando o disposto no item 9.1 do Acórdão 950/2007-TCU - Plenário"; e III) "incidência de encargos com alíquotas maiores do que as previstas na legislação vigente, bem como que incidam em duplicidade, a exemplo do ocorrido no Contrato 11/2007 em relação a férias e FGTS". Além disso, deliberou o Pleno no sentido de recomendar ao Ministério do Esporte que, nas futuras licitações, em atenção ao disposto nos itens 9.2 do Acórdão n.º 1.851/2008-2ª Câmara e 9.3 do Acórdão n.º 1.990/2008-Plenário, "abstenha-se de incluir o item reserva técnica nos modelos de planilhas de custos e formação de preços". Por fim, foi fixado prazo ao Ministério do Esporte para informar as medidas adotadas com vistas a promover o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente, referentes às seguintes irregularidades: a) "custos com CPMF nos demonstrativos de formação de preço do contrato a partir de 1º/1/2008, uma vez que a cobrança desse tributo encerrou-se em 31/12/2007"; b) "incidência de alíquota de 13,3% (treze vírgula três por cento) como **encargo de férias**, quando, em princípio, o correto seria 11,11% (onze vírgula onze por cento), **correspondente a 8,33%** (oito vírgula trinta e três por cento) mais 2,78% (dois vírgula setenta e oito por cento), considerando o afastamento de trinta dias a cada período de doze meses mais o abono de férias de um terço da remuneração"; c) "incidência de alíquota de 8,5% (oito e meio por cento) relativa ao FGTS, uma vez que, de acordo com o § 2º do art. 2º da Lei Complementar 110/2001, o percentual do FGTS voltou ao patamar de 8% (oito por cento) a partir de 1º/1/2007"; d) "incidência em duplicidade do FGTS sobre o 13º salário, na medida em que esse item foi incluído no Grupo D 'incidência do FGTS s/ 13º Salário' além do item 'incidência do grupo A sobre os itens do grupo B', considerando que o FGTS está incluído no Grupo 'A' e o 13º salário no Grupo 'B'". **Acórdão n.º 1597/2010-Plenário**, TC-010.290/2009-6, rel. Min-Subst. Augusto Sherman Cavalcanti, 07.07.2010.

8. A licitante apresentou o percentual de **20%** para as rubricas de Custos Indiretos, Despesas Financeiras e Administração Central. A pesquisa de mercado realizada pela área demandante dos serviços, cotou a média de 9,75% e o menor valor apresentado em 9,50%. Assim, verifica-se que a cotação apresentada pela empresa está bem acima do orçamento da VALEC.
9. O mesmo se dá para o Lucro auferido pela empresa, no percentual de **30,32%**. A pesquisa de mercado realizada cotou a média de 14,75%, e a menor cotação foi de 10%. Dessa forma, mesmo se tratando de rubrica da empresa, ainda que a administração esteja impedida de ingressar nesse mérito, o percentual apresentado pela licitante, revela-se demasiadamente oneroso para a administração.
10. Ainda na **Composição do BDI** (Anexo V), apresentou o valor de 50% para o **Lucro**, o que está em desacordo com o percentual de 30,32% apresentado nas planilhas de custos de mão de obra. Além disso, o valor total apresentado de 94,91% está somado equivocadamente, o correto, considerando-se o Lucro correto seria de 57,97%.
11. Cotou o Valor Unitário da Hora Trabalhada apresentada na Planilha de

Remuneração de Mão-de-Obra Eventual (Anexo III), acima do orçamento da VALEC conforme abaixo demonstrado.

	PROFISSIONAL	QUANT. HORA ESTIMADA ANUAL	VALOR UNIT. COTADO	Orçamento da VALEC
4	Serventes de pedreiro	576	23,18	16,23
7	Ajudantes gerais	576	19,70	16,23
10	Ajudante de bombeiro	192	19,70	16,23
12	Ajudante de eletricitista	576	19,70	16,23

II. PLANILHAS DE MATERIAIS EVENTUAIS:

12. Os itens cotados nas Planilhas de Materiais Eventuais foram analisados pela área demandante dos serviços por meio do Memorando nº 324/2014-GEADM/SUADM, que verificou que alguns valores apresentados estão muito acima do orçamento e outros com valores estimados com uma redução de 75% do estimado. Análise da área demandante:

Considerando as planilhas orçamentárias de composição de preços de materiais eventuais, verifica-se que os itens 1.1.1, 1.1.2, 1.1.3, 1.1.4, 1.1.5, 1.2.7, 1.2.9, 1.2.16, 1.2.17, 1.3.1, 1.3.4, 1.4.1, 1.4.2, 1.7.21, 1.9.1, 1.9.2, 1.9.3, 1.9.5, 1.9.6, 2.1.5, 2.1.6, 2.1.7, 2.1.8, 2.1.9, 2.3.1, 2.3.3, 2.5.3, 2.6.19, 2.6.20, 2.8.11, 2.9.1, 2.9.2, 3.1, 3.7, 4.1.12, 4.1.13, 4.2.7, 4.5.3, 4.5.4, 4.6.3, 4.6.4, 4.8.1, 4.8.2, 4.8.3, 4.9.2, 4.10.1, 4.10.2, 4.10.3, 4.10.4, 4.11.1, 4.11.2, 4.11.3, 4.11.4, 4.11.6, 4.11.7, 4.11.8, 4.11.9, 4.12.6, 4.12.9, 4.13.5, 5.5.1, 5.6.5, 5.6.6, 5.10.2, 5.10.4, 5.15.3, 5.15.4, 5.17.1, 5.17.2, 5.17.3, 5.17.4, 5.20.17, 5.20.18, 5.20.39, 5.20.41, 5.20.42, 6.7.1, 7.2.8, 7.3.1, 7.3.2, 7.3.3, 7.3.4, 7.3.5, 7.3.6, 7.3.7, 7.3.8, 7.3.9, 7.4.11, 11.7, 12.2, 12.4, 13.5, 14.1, 14.2, 14.3, 14.8, 14.9, 14.10, 14.12, 14.14, 14.21, 14.22, 14.26, 14.28, 14.34, 14.35, 14.36, 14.38, 14.40, **encontram-se com valores acima do estimado.**

Considerando as planilhas orçamentárias de composição de preços de materiais eventuais, verifica-se que os itens 1.2.4, 1.2.5, 1.2.15, 1.3.2, 1.3.3, 1.5.1, 1.7.1, 1.7.2, 1.7.4, 1.7.5, 1.7.7, 1.7.9, 1.7.11, 1.7.15, 1.7.16, 1.7.17, 1.7.18, 1.7.19, 1.7.20, 1.8.1, 1.8.2, 1.8.4, 1.9.7, 1.9.8, 1.9.9, 1.9.10, 1.9.11, 1.9.12, 1.10.4, 1.10.5, 1.10.6, 1.10.7, 1.11.1, 1.11.3, 1.11.5, 1.11.6, 1.11.8, 2.1.1, 2.1.2, 2.2.1, 2.2.2, 2.2.3, 2.2.10, 2.3.11, 2.6.8, 2.7.1, 2.7.2, 2.7.3, 2.7.4, 2.7.5, 2.8.9, 2.8.10, 2.11.5, 2.11.8, 2.12.1, 2.12.2, 2.12.3, 2.12.4, 2.14.1, 2.14.3, 2.14.5, 3.3, 3.5, 4.1.11, 4.2.1, 4.2.2, 4.2.3, 4.2.4, 4.2.9, 4.7.3, 4.7.4, 4.12.4, 5.1.1, 5.1.2, 5.1.3, 5.1.4, 5.2.6, 5.3.2, 5.3.3, 5.4.1, 5.6.1, 5.6.2, 5.8.5, 5.12.1, 5.12.2, 5.12.4, 5.13.2, 5.13.4, 5.14.3, 5.15.2, 5.16.1, 5.16.2, 5.16.3, 5.16.4, 5.20.2, 5.20.3, 5.20.4, 5.20.5, 5.20.7, 5.20.11, 5.20.12, 5.20.13, 5.20.14, 5.20.20, 5.20.21, 5.20.22, 5.20.27, 5.20.30, 5.20.33, 5.20.34, 5.20.35, 5.20.37, 5.20.40, 6.3.2, 6.5.1, 6.5.2, 6.6.1, 6.6.2, 6.7.3, 6.7.4, 7.4.3, 7.4.4, 7.4.5, 7.4.6, 7.4.7, 8.1, 8.2, 8.3, 9.5, 10.1, 10.2, 10.5, 10.6, 10.7, 10.8, 10.10, 10.11, 10.12, 10.13, 11.1, 11.2, 11.3, 11.4, 11.5, 11.6, 11.9, 11.10, 12.5, 13.2, 13.3, 13.4, 13.6, 14.7, 14.15, 14.16, 14.17, 14.24,, **encontram-se com valores abaixo de 75% do valor estimado.**

Por fim, **pelas ausências de cotação para os itens 14.42, 14.43, 14.44, 14.45, 14.46, 14.47, constantes da planilha de Material de Consumo, caracterizam-se preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, conforme art. 44, § 3º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993:**

“Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 3º Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)”

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Acerca da observação das convenções coletivas de trabalho, convém colacionar o entendimento do Tribunal de Contas da União:

Observem as seguintes linhas de conduta na formulação de editais de licitação e na gestão de contratos de execução indireta e contínua de serviços:

- para modelos de execução indireta de serviços, inclusive os que tiverem por base a alocação de postos de trabalho, se a categoria profissional requerida encontra-se amparada por convenção coletiva de trabalho, ou outra norma coletiva aplicável a toda a categoria, determinando o respectivo valor salarial mínimo, haja vista que esse **pacto laboral deve ser rigorosamente observado nas licitações** efetivadas pela Administração Pública e nas contratações delas decorrentes;
[...] (Acórdão 614/2008-TCU) (grifo nosso)

Cabe ressaltar que a inobservância dos direitos mínimos do trabalhador estipulados nas Convenções Coletivas e na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), pode ensejar para a licitante futuras ações trabalhistas e consequentemente, prejuízos para a Administração Pública, podendo até causar uma possível responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços como prevê o item IV da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho.

Por fim, em observância ao Princípio da Segurança Jurídica, e visando se resguardar de eventuais danos ao erário, cabe à Administração Pública observar os ditames legais, protegendo o ente público de um possível jogo de planilha e da contratação de eventuais aventureiros.

IV. CONCLUSÃO:

Diante da análise da proposta apresentada, realizada segundo as regras editalícias, das convenções coletivas e legais, conforme acima demonstrado, decide a Pregoeira pela

DESCCLASSIFICAÇÃO da empresa **RCS TECNOLOGIA LTDA.** do presente certame licitatório, por incluir em seu orçamento a rubrica “*Treinamento*” em desacordo com o Acórdão nº 1237/2007 e Acórdão nº 3006/2010, do Tribunal de Contas da União, bem como pela ausência de cotação de 6 (seis) itens da Planilha de Material de Consumo, descumprindo o artigo 44, § 3º da Lei nº 8.666/93, conforme itens 3 e 12 do presente Relatório.

Brasília, 18 de julho de 2013.

Maria Cecília Mattesco Gomes da Silva
Pregoeira / GELIC-SULIC

Original assinado no Processo.